

## **EDITAL DE LEILÃO ON-LINE**

Liliamar Pestana Gomes, Leiloeira Oficial, inscrita na JUCISRS sob nº 168/00, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizada pelo **Banco Bradesco S/A.**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) dos imóveis abaixo descritos, nas datas, hora e site infracitados, na forma da Lei Federal nº 9.514/97.

**1º Leilão** – 30/01/2024, terça-feira, às 9h00min

**2º Leilão** – 01/02/2024, quinta-feira, às 9h00min.

**Local da realização dos leilões on-line:** [www.pestanaleiloes.com.br](http://www.pestanaleiloes.com.br).

**Lote 1 – Localização do imóvel: Ribeirão Preto/SP. Conj. Hab. Jard. Alexandre Balbo.** Rua Rômulo Marchesan, 112. Casa. Áreas totais: const. 165,27m² (*in loco*) e Ter. 202,75m². Mat. 84.458 do 1º RI local. **Obs.:** Construção pendente de averbação no RI. Regularização e encargos perante os órgãos competentes, inclusive quanto a eventual divergência da área construída que vier a ser apurada no local com a lançada no cadastro imobiliário, correrão por conta do(a) comprador(a). Ocupado. (AF).

**1º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 289.796,73

**2º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 229.869,52 (caso não seja arrematado no 1º leilão)

**Lote 02 – Localização do imóvel: Várzea Grande/MT. Bairro Parque Paiaguás.** Rua Emílio Jacinta Neto, s/n (Área 19-A, Qd. 78). Lot. Parque Paiaguás. Casa. Áreas totais: const. 86,00m² e ter. 180,00m². Mat. 107.164 do 1º RI local. **Obs.:** Atual denominação de logradouro pendente de averbação no RI. Regularizações e encargos perante os órgãos competentes, inclusive quanto a eventual divergência da denominação de logradouro que vier a ser apurado no local com a lançada em cadastro imobiliário e averbada no RI, correrão por conta do(a) comprador(a). Ocupado. (AF).

**1º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 363.890,40

**2º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 287.059,55 (caso não seja arrematado no 1º leilão)

**Lote 3 – Localização do imóvel: Cuiabá/MT. Coxipó. Bairro Jardim Comodoro – Coxipó da Ponte.** Rua 02, 76 (lançado em cadastro imobiliário). Lt. 10 da Qd. 03. Casa. Áreas totais: const. 128,00m² (cadastro imobiliário) e ter. 300,00m². Mat. 61.362 do RI local. **Obs.:** Ampliação da construção pendente de averbação no RI. Regularização e encargos perante os órgãos competentes, inclusive quanto a eventual divergência da área construída e numeração predial (nº 10 *in loco*) que vier a ser apurada no local com a lançada no cadastro imobiliário e averbada no RI, correrão por conta do(a) comprador(a). Ocupado. (AF).

**1º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 433.847,70

**2º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 333.575,77 (caso não seja arrematado no 1º leilão)

**Lote 4 – Localização do imóvel: Ribeirão Preto/SP. Vila Virgínia (*in loco*).** Rua Des. Edgard de Moura Bittencourt, 79. Conj. Hab. Cond. Dom Manoel da Silveira D'Elbox. Ap. 14. (1º and. do Bl. 10-E). Área priv.: 55,08m² e fração ideal de 0,2083333%. Mat. 181.846 do 1º RI Local. **Obs.:** Constituição de condomínio e atual denominação do bairro de localização do imóvel pendente de averbação no RI. Regularização e encargos perante os órgãos competentes, inclusive quanto a constituição de condomínio e eventual divergência da denominação do bairro que vier a ser apurada no local com a lançada no cadastro imobiliário, correrão por conta do(a) comprador(a). Ocupado. (AF).

**1º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 151.404,31

**2º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 126.511,56 (caso não seja arrematado no 1º leilão)

**Lote 05 – Localização do imóvel: Mairiporã/SP. Bairro Terra Preta.** Rua Hakuji Yokomizo, 42, Cond. Colina Verde. Casa 03 (Lt.19, Qd.06), c/ vaga de garagem. Lot. Jardim Nippon. Áreas totais: const. 49,62m² e fração ideal de 25%. Mat.40.731 do RI local. **Obs.:** Área construída pendente de averbação no RI. Regularizações e encargos perante os órgãos competentes, inclusive quanto a eventual divergência da área construída que vier a ser apurada no local com a lançada em cadastro imobiliário correrão por conta do comprador. O(a) vendedor(a) tomou conhecimento das seguinte(s) ação(ões) judicial(is) ação de consignação em Pagamento e Pedido de Urgência, processo nº 1002388-09.2023.8.26.0338, em trâmite na Juízo na 1ª Vara foro de Mairiporã/SP. O Vendedor responde pelo resultado da ação, de acordo com os critérios e limites estabelecidos nas “Condições de Venda dos Imóveis” constantes do edital. Ocupado. (AF).

**1º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 363.890,40

**2º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 287.059,55(caso não seja arrematado no 1º leilão)

**Lote 6 – Localização do imóvel: Cuiabá/MT. Bairro São Francisco (*in loco*).** Av. Fernando Corrêa da Costa. Cond. Res. Coxipónês. Casa 18 (Qd. 09). Área priv. 43,36m². Mat. 61.149 do RI local. **Obs.:** Fração ideal e denominação do bairro de localização do imóvel pendente de averbação no RI. Regularizações e encargos perante os órgãos competentes, inclusive quanto a eventual divergência da denominação do bairro de localização do imóvel apurada no local com a lançada em cadastro imobiliário, correrão por conta do comprador. O(A) vendedor(a) tomou conhecimento da(s) seguinte(s) ação(ões) judicial(is): Execução de Títulos Executivos Extrajudicial, processo nº 1072855-71.2023.8.11.0001, em trâmite na 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá/MT. Caberá ao(à) comprador(a), querendo, eventual substituição processual, como sucessor ou assistente litisconsorcial, ficando responsável pelas custas processuais e honorários sucumbenciais. Ocupado. (AF).

**1º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 230.492,11

**2º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 191.847,38 (caso não seja arrematado no 1º leilão)

**Lote 7 – Localização do imóvel: Bacabal/MA. Pq. Presidente José Sarney.** Av. Senador Américo de Sousa, 02 (Qd. 23). Casa. Áreas: const. 151,79m<sup>2</sup> e ter. 206,06m<sup>2</sup>. Mat. 22.803 do 1º RI local. **Obs.:** Imóvel localizado em via sem pavimentação. Regularizações e encargos perante os órgãos competentes correrão por conta do comprador. Ocupado. (AF).

**1º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 493.753,36

**2º Leilão** - Lance mínimo: R\$ 142.800,00 (caso não seja arrematado no 1º leilão)

**Lote 8 – Localização do imóvel: Natal/RN. Bairro das Rocas.** Rua Dr. Ricardo Barreto, 491. Casa. Áreas: const. 112,98m<sup>2</sup>(*in loco*), ter. 164,21m<sup>2</sup>. Mat. 5.213 do 1º RI local. **Obs.:** Possível ampliação da benfeitoria não averbada no RI. Regularização e encargos perante os órgãos competentes, inclusive quanto a eventual divergência da área construída que vier a ser apurada no local com a lançada em cadastro imobiliário, correrão por conta do(a) comprador(a). Caberá ao comprador, também, a apuração de eventual condição de imóvel foreiro/marinha, inclusive débitos e regularizações. Ocupado. (AF).

**1º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 415.762,86

**2º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 165.000,00 (caso não seja arrematado no 1º leilão)

**Lote 9 – Localização do imóvel: Campinas/SP. Bairro Parque Santa Bárbara – 1ª Parte** (lançado em cadastro imobiliário). Rua Theodoro Guedes de Campos, 437. Casa. Áreas: const. 173,17m<sup>2</sup> (*in loco*), ter. 300,00m<sup>2</sup>. Mat. 93.071 do 3º RI local. **Obs.:** Possível ampliação da benfeitoria e denominação do bairro de localização do imóvel não averbada no RI. Regularização e encargos perante os órgãos competentes, inclusive quanto a eventual divergência da área construída que vier a ser apurada no local com a lançada em cadastro imobiliário e averbada no RI, correrão por conta do(a) comprador(a). Servidão de passagem constituída sob a área do imóvel, conforme Av. 01 da citada matrícula. Ocupado. (AF).

**1º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 1.105.419,33

**2º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 384.000,00 (caso não seja arrematado no 1º leilão)

**Lote 10 – Localização do imóvel: Maricá/RJ. Bairro Jardim Atlântico Central** (lançado em cadastro imobiliário). Rua Cinquenta e sete, 727. Casa 01 (Lt.31, Qd.235). Área priv. 240,00m<sup>2</sup>, área const. 81,69m<sup>2</sup> e fração ideal de 50%. Mat. 113.795 do 2º RI local. **Obs.:** Denominação do bairro de localização do imóvel pendente de averbação no RI. Regularização e encargos perante os órgãos competentes, inclusive quanto a eventual divergência da denominação do bairro de localização do imóvel apurada no local com a lançada em cadastro imobiliário, correrão por conta do comprador. O(a) vendedor(a) tomou conhecimento das seguinte(s) ação(ões) judicial(is): Ação anulatória de consolidação de procedimento de execução extrajudicial com pedido de tutela de urgência para suspensão dos leilões, processo nº 0801049-08.2024.8.19.0031, em trâmite na 1ª Vara Cível de Maricá/RJ. O Vendedor responde

pelo resultado da ação, de acordo com os critérios e limites estabelecidos nas “Condições de Venda dos Imóveis” constantes do edital. Ocupado. (AF).

**1º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 429.967,78.

**2º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 339.405,40 (caso não seja arrematado no 1º leilão)

**Lote 11 – Localização do imóvel: Aparecida de Goiânia/GO. Bairro Setor Conde dos Arcos.** Rua Itatiaia, s/n. Cond. Res. Rua Itatiaia. Casa 03 (Lt. 2/3, Qd. 35) c/vaga de garagem. Áreas: priv. coberta 98,18m², descoberta 158,02m² e fração ideal de 33,33%. Mat. 280.328 do 1º RI local. **Obs.:** Regularizações e encargos perante os órgãos competentes correrão por conta do comprador. O(a) vendedor(a) tomou conhecimento das seguinte(s) ação(ões) judicial(is) Medida Cautelar c/ pedido de liminar para suspender/cancelar leilão de imóvel, processo nº 5055756-10.2024.8.09.0011, em trâmite na Juízo na UPJ das Varas Cíveis de Aparecida de Goiânia/GO. O Vendedor responde pelo resultado da ação, de acordo com os critérios e limites estabelecidos nas “Condições de Venda dos Imóveis” constantes do edital. Ocupado. (AF).

**1º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 306.806,59

**2º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 206.315,40 (caso não seja arrematado no 1º leilão)

**Lote 12 – Localização do imóvel: Brotas/SP. Bairro Jardim Campos Prado.** Rua Antônio Lenci, s/n, casa 01 (Lt.23, Qd.09). Terreno com área sup. 250,00m². Mat. 20.153 do RI local. **Obs.:** O Vendedor providenciará, sem prazo determinado, a baixa da averbação de indisponibilidade nas AV.6, AV.7 e AV.8, bem como da Penhora constante na AV.9 da citada matrícula. Ocupado. (AF).

**1º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 179.742,99.

**2º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 54.000,00 (caso não seja arrematado no 1º leilão)

**Lote 13 – Localização do imóvel: Porto Alegre/RS. Bairro Sarandi.** Rua Passos Figueiroa, 88, Casa 03 (Lt.30). Áreas: const. 179,95m², ter 250,00m². Mat. 54.643 do 4º RI local. **Obs.:** Possível divergência na numeração predial apurada no local com a averbada no RI e lançada em cadastro imobiliário. Regularizações e encargos perante os órgãos competentes, inclusive quanto a divergência da numeração predial, correrão por conta do comprador. O(A) vendedor(a) tomou conhecimento da(s) seguinte(s) ação(ões) judicial(is): Ação de Execução Fiscal, processo nº 5050039-24.2018.8.21.0001, em trâmite na 8ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre/RS. Caberá ao(à) comprador(a), querendo, eventual substituição processual, como sucessor ou assistente litisconsorcial, ficando responsável pelas custas processuais e honorários sucumbenciais. Ocupado. (AF).

**1º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 1.134.284,20.

**2º Leilão** - Lance mínimo: R\$ 462.600,00 (caso não seja arrematado no 1º leilão)

**Lote 14 – Localização do imóvel: Sertãozinho/SP. Bairro Alvorada** (lançado em *cadastro imobiliário*). Rua Abílio Alves Teixeira 983. Casa. Áreas: const. 257,44m<sup>2</sup>(*in loco*), ter 484,00m<sup>2</sup>. Mat. 27.694 do RI local. **Obs.:** Bairro de localização do imóvel e ampliação da benfeitoria pendente de averbação no RI. Regularizações e encargos perante os órgãos competentes, inclusive quanto a eventual divergência da área construída e denominação do bairro apurada no local com a lançada em cadastro imobiliário e averbada no RI, correrão por conta do comprador. O(a) vendedor(a) tomou conhecimento das seguinte(s) ação(ões) judicial(is) Ação em consignação em pagamento c/ pedido de liminar, processo nº 1000458-18.2024.8.26.0597, em trâmite na Juízo 1ª Vara Cível da comarca de Sertãozinho/SP. O Vendedor responde pelo resultado da ação, de acordo com os critérios e limites estabelecidos nas “Condições de Venda dos Imóveis” constantes do edital. Ocupado. (AF).

**1º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 572.000,00.

**2º Leilão** - Lance mínimo: R\$ 343.200,00 (caso não seja arrematado no 1º leilão)

**Lote 15 – Localização do imóvel: Rio de Janeiro/RJ. Freguesia da Candelária. Centro** (lançado em *cadastro imobiliário*). Rua da Alfandega, 25. Ed. Danilo Soares da Silva (*in loco*). Salas 301 e 305. Áreas: priv. 33m<sup>2</sup>(Sl. 301) e 35m<sup>2</sup>(Sl. 305) e frações ideais de 0,0128(sl. 301) e 0,0132(sl. 305). Mats. 8155-2-O(sl. 301) e 9172-2M(sl. 305) do 7º RI local. **Obs.:** Áreas privativas, denominação do bairro de localização do imóvel, numeração predial e denominação do edifício de pendentes de averbação no RI. Regularização e encargos perante os órgãos competentes, inclusive quanto a eventuais divergências de área privativa, numeração predial, denominação de bairro e do edifício de localização dos imóveis que vierem a ser apurados no local com o lançado no cadastro municipal, correrão por conta do(a) comprador(a). Ocupados. (AF)

**1º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 550.877,61

**2º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 480.699,77 (caso não seja arrematado no 1º leilão)

**Lote 16 – Localização do imóvel: Mairiporã/SP. Bairro Roseira** (lançado em *cadastro imobiliário*) – Cond. Res Bosque da Serra (*in loco*). Alameda Paraná (lançado em cadastro imobiliário Alameda Amazonas), s/n. Lt. 11 da Qd. Q do Lot. Pq. Petrópolis Paulista. Terreno com área superficial de 1.522,00m<sup>2</sup>. Mat. 8.655 do RI Local. **Obs.:** Denominação do bairro, atual denominação da rua de localização do imóvel e constituição e denominação de condomínio pendentes de averbação no RI. Regularização e encargos perante os órgãos competentes, inclusive quanto eventual divergência de denominação de logradouro, bairro de localização do imóvel e constituição de condomínio, que vier a ser apurada no local com o lançado em cadastro imobiliário e averbado no RI, correrão por conta do(a) comprador(a). O(A) vendedor(a) tomou conhecimento da(s) seguinte(s) ação(ões) judicial(is): Ação de Execução Fiscal, processo nº 1502488-04.2023.8.26.0338, em trâmite na Setor de Execuções Fiscais da comarca de Mairiporã/SP. Caberá ao(à) comprador(a), querendo, eventual substituição processual, como sucessor ou assistente litisconsorcial, ficando responsável pelas custas processuais e honorários sucumbenciais. Ocupado. (AF)

**1º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 405.776,14

**2º Leilão** - Lance mínimo: R\$ 198.000,00 (caso não seja arrematado no 1º leilão)

**Lote 17 – Localização do imóvel: Gravataí/RS. Monte Belo** (*in loco*). Rua Turíbio Gomes, 180. Casa 02 (parte do Lt. 58 da Qd. 20 do Lot. Vila Monte Belo). Área priv. 71,05m² e fração ideal de 0,5000. Mat. 120.132 do RI local. **Obs.:** Constituição de condomínio e denominação do bairro de localização do imóvel não averbada no RI. Regularizações e encargos perante os órgãos competentes, inclusive quanto a eventual divergência da denominação do bairro apurada no local com a lançada em cadastro imobiliário, correrão por conta do(a) comprador(a). Ocupado. O(a) vendedor(a) tomou conhecimento das seguinte(s) ação(ões) judicial(is) Ação de Consignação em Pagamento c/c inegibilidade de débito, processo nº 5034544-19.2023.8.21.0015, em trâmite na Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Gravataí/RS. O Vendedor responde pelo resultado da ação, de acordo com os critérios e limites estabelecidos nas “Condições de Venda dos Imóveis” constantes do edital. (AF)

**1º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 331.172,76

**2º Leilão** - Lance mínimo: R\$ 242.216,50 (caso não seja arrematado no 1º leilão)

**Lote 18 – Localização do imóvel: São Paulo/SP. Distrito de Guaianazes. Bairro Vila Princesa Isabel** (lançado em cadastro imobiliário). Rua Centralina, 560. Ed. Res. Centralina Ap. 35. Área priv. 48,12m² e fração ideal de 3,3524%. Mat. 167.820 do 7º RI local. **Obs.:** Bairro de localização do imóvel pendente de averbação no RI. Regularizações e encargos perante os órgãos competentes, inclusive quanto a eventual divergência da denominação do bairro de localização do imóvel apurada no local com a lançada em cadastro imobiliário, correrão por conta do(a) comprador(a). O(A) vendedor(a) tomou conhecimento da(s) seguinte(s) ação(ões) judicial(is): Ação de cobrança dívida condominial, processo nº 5034544-19.2023.8.21.0015, em trâmite na Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Gravataí/RS. Caberá ao(à) comprador(a), querendo, eventual substituição processual, como sucessor ou assistente litisconsorcial, ficando responsável pelas custas processuais e honorários sucumbenciais. Ocupado. (AF).

**1º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 382.182,37

**2º Leilão** - Lance mínimo: R\$ 124.647,06 (caso não seja arrematado no 1º leilão)

**Lote 19 – Localização do imóvel: Goiânia/GO. Bairro São Francisco.** Rua Humaitá, s/n (Lt. 01/22 da Qd. 71). Res. Ecovillaggio Castelo Branco. Torre 01, Ap.1703 e box de garagem 315/315A (subsolo 01) com direito a um escaninho. Áreas priv. 80,32m²(Ap.) e 25,00m²(Box) e frações ideais de 21,01m²(Ap.) e 3,45m²(box). Mats. 305.505(Ap.) e 305.674 (Box) do 1º RI local. **Obs.:** Atual denominação de logradouro pendente de averbação no RI. Regularização e encargos perante os órgãos competentes, correrão por conta do(a) comprador(a). Ocupado. (AF).

**1º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 497.144,74

**2º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 247.200,00 (caso não seja arrematado no 1º leilão)

**Lote 20 – Localização do imóvel: Campo Grande/MS. Bairro Jd. Aero Rancho.** Trav. Ibiúna, 18. Cond. Emília Cascone Rossini V. Casa 03 (Lt. 01 da Qd. 128 do Parc.

Jd.- Aero Rancho). Área priv. edificada 44,34m<sup>2</sup>, área priv. de terreno 89,4150m<sup>2</sup> e fração ideal de 25%. Mat. 147.508 do 2º RI local. **Obs.:** Constituição de condomínio pendente de averbação no RI. Regularização e encargos perante os órgãos competentes, correrão por conta do(a) comprador(a). Ocupado. (AF)

**1º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 192.939,07

**2º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 146.677,25 (caso não seja arrematado no 1º leilão)

**Lote 21 – Localização do imóvel: Ribeirão Preto/SP. Bairro Vila. Gertrudes** (lançado em cadastro imobiliário). Rua São Paulo. 2570. Ed. Alameda São Paulo. Ap. 107 (10º pav.) c/1 vaga de garagem. Área priv. 49,800m<sup>2</sup>, fração ideal de 0,006308531. Mat. 182.343 do 2º RI local. **Obs.:** Bairro de localização do imóvel pendente de averbação no RI. Regularizações e encargos perante os órgãos competentes, inclusive quanto a eventual divergência da denominação do bairro de localização do imóvel apurada no local (bairro Campos Elíseos *in loco*) com a lançada em cadastro imobiliário, correrão por conta do(a) comprador(a). Fica a cargo do(a) comprador(a) providenciar, a baixa da averbação premonitória lançada na AV.6 e AV.7 na citada matrícula. Ocupado. (AF).

**1º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 276.229,40

**2º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 200.070,49 (caso não seja arrematado no 1º leilão)

**Lote 22 – Localização do imóvel: Goiânia/GO. Bairro Sitio de Recreio Estrela Dalva.** Av. Otávio Lúcio, S/nº (Lt.01/02 da Qd. 13 do Lot. Sítios de Recreio Estrela Dalva). Cond. Res. Aroeira. Casa 04. c/ garagem. Área priv. coberta 59,81m<sup>2</sup> área priv. descoberta 103,82m<sup>2</sup> e fração ideal de 2,0833%. Mat. 150.737 do 2º RI local. **Obs.:** Numeração predial da entrada do condomínio pendente de averbação no RI. Regularizações e encargos perante os órgãos competentes, inclusive quanto a eventual divergência da numeração predial do condomínio apurada no local com a lançada em cadastro imobiliário, correrão por conta do(a) comprador(a). Ocupadas. (AF)

**1º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 243.760,60

**2º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 202.186,34 (caso não seja arrematado no 1º leilão)

**Lote 23 – Localização do imóvel: Novo Hamburgo/RS. Bairro Boa Vista.** Rua Guia Lopes, 4.740. Ed. Delta Ville. Ap. 44 e box 21. Áreas: priv. 79,73m<sup>2</sup>(Ap.) e 24,95m<sup>2</sup>(Box) e frações ideais de 0,04519(Ap.) e 0,00707(Box). Mats. 89.050(Ap.) e 89.033(Box) do RI local. **Obs.:** O(A) vendedor(a) tomou conhecimento da(s) seguinte(s) ação(ões) judicial(is): Ação de Execução de Título Extrajudicial, processo nº 5007996-52.2017.8.21.0019, em trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de Novo Hamburgo/RS. Caberá ao(à) comprador(a), querendo, eventual substituição processual, como sucessor ou assistente litisconsorcial, ficando responsável pelas custas processuais e honorários sucumbenciais. O(a) vendedor(a) tomou conhecimento das seguinte(s) ação(ões) judicial(is): Ação anulatória de consolidação de procedimento de execução extrajudicial com pedido de tutela de urgência para suspensão dos leilões, processo nº 5002078-23.2024.8.21.0019, em trâmite na Juízo na 2ª Vara Cível da Comarca de Novo Hamburgo/RS. O Vendedor responde pelo resultado da ação, de acordo com os critérios e limites estabelecidos nas “Condições de Venda dos Imóveis” constantes do edital. Ocupado. O(A) vendedor(a) tomou conhecimento da(s) seguinte(s) ação(ões)

judicial(is): Ação de Execução Fiscal, processo nº 5016464-92.2023.8.21.0019, em trâmite na 4ª Vara Cível (Especializada em Fazenda Pública) da Comarca de Novo Hamburgo/RS. Caberá ao(à) comprador(a), querendo, eventual substituição processual, como sucessor ou assistente litisconsorcial, ficando responsável pelas custas processuais e honorários sucumbenciais. (AF).

**1º Leilão** – Lance mínimo: R\$ 699.636,76

**2º Leilão** - Lance mínimo: R\$ 293.465,36 (caso não seja arrematado no 1º leilão)

Da participação *on-line*: Os interessados deverão efetuar o cadastramento prévio perante à Sra. Leiloeira, com até uma (1) hora de antecedência ao evento.

O(A) fiduciante será comunicado(a) das datas, horário e site de realização dos públicos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do(s) imóvel(is), pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no § 2º-B do art. 27, da Lei Federal nº 9.514/97, incluído pela Lei Federal nº 13.465, de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as Condições de Pagamento e Venda dos imóveis disponíveis nos sites: [www.bradesco.com.br](http://www.bradesco.com.br) e [www.pestanaleiloes.com.br](http://www.pestanaleiloes.com.br).

**Para mais informações – tel.: (51) 3535-1000**

**Liliamar Pestana Gomes – Leiloeira Oficial JUCISRS nº 168/00**

## **EDITAL DE LEILÃO ON-LINE CONDIÇÕES DE VENDA**

### **1. Dos procedimentos gerais de participação e realização do leilão.**

1.1. Os imóveis serão vendidos um a um, a quem maior lance oferecer, por valor igual ou superior ao lance mínimo estipulado para cada imóvel, reservando-se ao Vendedor, o direito de liberar ou não o bem pelo maior preço alcançado, bem como retirar, desdobrar ou reunir os imóveis em lotes de acordo com seu critério ou necessidade, por intermédio do Leiloeiro. Os leilões serão realizados por meio eletrônico e presencial, salvo em caso de pandemia, estado de calamidade pública e/ou determinação legal que restrinja ou proíba reunião de pessoas.

1.2. Ao ofertar o lance, o participante estará ratificando seu prévio conhecimento e plena concordância quanto a todos os termos do edital e condições de venda disponibilizadas pelo Leiloeiro, notadamente quanto às condições e restrições específicas de cada imóvel. Eventuais alterações nas descrições dos imóveis, ou suas respectivas condições de venda, ocorridas até a data de realização do leilão, serão, a critério do Vendedor, noticiadas por meio dos sites dos Leiloeiros que estiverem realizando o leilão, cabendo ao interessado acompanhar e se cientificar das referidas alterações.

1.3. O Vendedor se reserva, ainda, a faculdade de cancelar a qualquer tempo a oferta de venda do imóvel, de anular no todo ou em parte, aditar ou revogar este edital, ao seu exclusivo critério, sem que caiba ao interessado direito a qualquer indenização ou compensação de qualquer natureza.



1.4. O interessado, sendo pessoa física, deverá fornecer ao Leiloeiro cópia de seus documentos de identificação (CPF, RG e Certidão de Nascimento e/ou Casamento) e se pessoa jurídica, cópia do respectivo ato constitutivo e documentação pertinente aos poderes de representação, tal como cópia do contrato social, ata de eleição de diretoria e/ou estatuto social, conforme o caso, e o cartão do CNPJ. No caso de Eirelli, além do cartão CNPJ, deverá também apresentar o seu respectivo ato constitutivo. Fica esclarecido que menores de 18 (dezoito) anos somente poderão adquirir algum bem se emancipados, representados ou assistidos pelo responsável legal. Estrangeiros somente poderão adquirir imóveis urbanos, cumpridos os requisitos previstos nas instruções normativas e resoluções da Receita Federal e no caso de imóveis rurais nos termos da Lei 5.709/1971 e suas alterações. O interessado, desde já, fica ciente de que o Leiloeiro e/ou o Vendedor poderá (ão), ainda, solicitar outros documentos e/ou informações que entendam ser necessários.

## **2. Das visitas prévias aos imóveis.**

2.1. As fotos dos imóveis divulgadas são meramente ilustrativas, competindo, portanto, aos interessados, procederem visita prévia à realização do leilão, inclusive para a identificação do imóvel no local com a foto divulgada.

## **3. Das condições de participação, habilitação e leilão por meio eletrônico – on-line e presencial.**

3.1. Serão aceitos lances via internet, com participação on-line dos interessados, por meio de acesso identificado e fornecido sob exclusiva responsabilidade do Leiloeiro, por meio de seu site, estando os interessados sujeitos integralmente às condições dispostas neste edital de leilão.

3.2. Ao efetuar o cadastramento, o interessado deverá ter capacidade, autoridade e legitimidade para assumir todas as responsabilidades e obrigações constantes nas condições dispostas no edital de leilão.

3.3. Para participação no leilão por meio eletrônico – *on-line*, deverão os interessados efetuar cadastro prévio no site do Leiloeiro, enviar a documentação necessária bem como anuir às regras de participação dispostas no site do Leiloeiro para obtenção de “login” e “senha”, o qual validará e homologará os lances em conformidade com as disposições do edital.

3.4. Os interessados cadastrados e habilitados para o leilão estarão aptos a ofertar lances no leilão por meio eletrônico – *on-line* no site do Leiloeiro ou presencialmente, devendo ser respeitado o horário estipulado para o encerramento de cada lote.

3.5. A concretização da arrematação, mediante formalização do recibo de arrematação e Instrumento de Compra e Venda ou Escritura Pública, somente será realizada em nome da pessoa que efetuou o cadastro prévio no site do Leiloeiro, não sendo permitido a formalização de recibos ou transferência da propriedade em nome de terceiros. Se há a intenção de compra em copropriedade, essa informação deverá ser registrada quando do cadastro e habilitação, com a identificação das pessoas físicas ou jurídicas que irão efetuar a aquisição em condomínio, bem como informado o percentual de copropriedade de cada uma delas e juntada a documentação dos demais participantes na aquisição.

3.5.1. Caso não seja informada a aquisição em copropriedade no momento do cadastro e habilitação, fica a exclusivo critério do Vendedor: (i) aprovar a venda, devendo as frações ideais ser em igual proporção; (ii) aprovar a venda em que as frações ideais não sejam em igual proporção, devendo, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da copropriedade constar em nome do Arrematante/Comprador no leilão; (iii) não aprovar a venda, sendo reservado ao Vendedor o direito de não divulgar os motivos ensejadores de eventual recusa.

3.5.2. Todos os Arrematantes/Compradores estão sujeitos à análise constante no item 4.1 abaixo.

3.6. Os lances oferecidos no leilão por meio eletrônico – on-line não garantem direitos ao Proponente/Arrematante/Comprador em caso de recusa do Leiloeiro ou por qualquer outra ocorrência, tais como, queda ou falhas no sistema, conexão de internet, linha telefônica ou outras ocorrências, sejam quais forem os motivos, posto que são apenas facilitadores de oferta aos interessados, com os riscos naturais às falhas ou impossibilidades técnicas, imprevistos e intempéries, que são assumidos com exclusividade pelo interessado quando da sua participação, não sendo cabível qualquer reclamação a respeito.

#### **4. Das condições gerais de aquisição de imóveis e formalização da venda.**

4.1. A aprovação da venda do imóvel está sujeita à análise pelo Vendedor de documentos, à análise de crédito e à observância de suas políticas, bem como o cumprimento de normativos e da legislação e regulação vigentes, em especial, mas não se limitando a, Lei nº 9.613 de 03 de março de 1998, que dispõe sobre a prevenção e combate aos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, e está condicionada à aprovação do Vendedor, sem que sua negativa gere obrigação de apresentar justificativas ou lhe acarrete quaisquer ônus, pretensões ou penalidades, a qualquer título.

4.2. Os imóveis serão vendidos em caráter “*AD CORPUS*” e no estado em que se encontram, sendo que as áreas mencionadas nos editais, folhetos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas e repetitivas das dimensões constantes do registro imobiliário, isto é, o Arrematante/Comprador adquire o imóvel como se apresenta como um todo, independentemente de suas exatas e verdadeiras limitações, sejam elas quais forem, não podendo, por conseguinte, exigir complemento de área, reclamar eventuais mudanças nas disposições internas dos cômodos dos imóveis apregoados, não podendo, ainda, alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação e localização dos bens, seja a que tempo ou título for, não sendo cabível, portanto, pleitear o desfazimento do negócio ou abatimento proporcional do preço em tais hipóteses.

4.3. Os imóveis serão vendidos na situação em que se encontram registrados no cartório de registro de imóveis onde estão matriculados e nas condições fiscais em que se apresentarem perante os entes públicos, obrigando-se o Arrematante/Comprador, de maneira irrevogável e irretratável, a promover regularizações de qualquer natureza, cumprindo inclusive, quaisquer exigências de cartórios ou de repartições públicas, inclusive previdenciárias, que tenham por objeto a regularização dos imóveis junto a

cartórios e demais órgãos competentes, o que ocorrerá sob suas exclusivas expensas. De igual modo, o Vendedor não responde por débitos não apurados junto ao INSS dos imóveis com construção em andamento, concluída ou reformada, não averbada no Registro de Imóveis competente, bem como quaisquer outros ônus, providências ou encargos necessários, inclusive, em relação a questões ambientais.

4.4. O Arrematante/Comprador deverá se cientificar prévia e inequivocadamente, por conta própria, das exigências e restrições de uso impostas pela legislação e entes públicos (municipal, estadual e federal), especialmente no tocante à legislação e preservação ambiental, saneamento, situação enfiteutica, uso do solo e zoneamento, servidões de qualquer natureza e ainda, das obrigações e dos direitos decorrentes das convenções e especificações de condomínio ou imposições dos loteamentos, quando for o caso, às quais estará obrigado a respeitar por força da arrematação do imóvel, não ficando o Vendedor, responsável por qualquer levantamento ou providências neste sentido. O Vendedor não responde por eventual contaminação do solo ou subsolo ou passivos de caráter ambiental.

4.5. O Arrematante/Comprador deverá apurar a situação enfiteutica e, sendo foreiro, providenciar por conta própria, perante o senhorio, a transferência de titularidade, ainda que cadastrado em nome de terceiros, no prazo de até 60 (sessenta) dias da aquisição. Eventual multa que vier ser aplicada pelo não cumprimento dos prazos legais, será de exclusiva responsabilidade do Arrematante/Comprador.

4.6. Será observado o direito legal do ex-fiduciante ao exercício do direito de preferência na aquisição de imóveis até a data da realização do 2º leilão, nos termos previstos no § 2º -B, do art. 27 da Lei nº 9.514/97.

4.6.1. Subsistindo direito de preferência aquisitiva por terceiros, em relação a quaisquer imóveis ofertados, com exceção ao item 4.6 que possui em razão de condomínio, arrendamento rural ou qualquer outra previsão legal, a arrematação ficará condicionada ao não exercício do direito de preferência por seu detentor, nas mesmas condições ofertadas pelo Arrematante/Comprador. A escritura pública definitiva ou instrumento pertinente, será outorgada ou emitida / celebrada, conforme o caso, em até 60 (sessenta) dias após o decurso do prazo previsto em lei, qual seja, 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação a ser encaminhada pelo Vendedor ao(s) locatário(s) ou condômino(s), após a realização do leilão, adotando-se as demais condições e ressalvas previstas no item "Da Escritura Pública".

4.6.2. A preferência descrita no item 4.6 sobrepõe o direito previsto no item 4.6.1.

4.7. Os imóveis disponibilizados à venda, não sendo originários dos ativos de uso do Vendedor, podem, a qualquer tempo e eventualmente, serem objeto de reivindicação judicial ou gravames (administrativos ou judiciais), cujos resultados das demandas ou baixas serão suportados pelo Vendedor, salvo ressalva noticiada ou constante na descrição de divulgação do imóvel. Fica esclarecido que, no tocante às demandas judiciais, o Vendedor responderá somente por ocasião da decisão judicial definitiva, transitada em julgado, não constituindo as referidas demandas, inclusive, aquelas que o Vendedor não tenha tido conhecimento da ação judicial no momento da divulgação da venda, em qualquer situação, motivo para o Arrematante/Comprador pleitear o

desfazimento da arrematação/contratação, seja a que tempo ou título for. A indenização por evicção (perda da coisa por força de sentença judicial) corresponderá somente até o limite do preço da venda do imóvel, sendo o valor pago corrigido da seguinte forma: (i) pagamento a vista - será considerado o menor valor dentre os índices IGP-M da FGV, IPCA e/ou o índice de correção do TJ, a contar da data do pagamento; (ii) pagamento parcelado - será utilizado o mesmo índice de correção da parcela, contado do seu desembolso parceladamente. Em ambos os casos serão considerados a comissão do Leiloeiro e os custos despendidos com escritura e registro da propriedade, até o momento em que houver o primeiro acionamento do Vendedor ao Arrematante/comprador para o pleito de desfazimento da venda, não cabendo, portanto, atualização do valor caso haja inércia do Arrematante/comprador em sequenciar com o distrato naquele momento. Além disso não será conferido ao Arrematante/Comprador o direito de pleitear quaisquer outros valores indenizatórios a exemplo daqueles estipulados nos artigos 448 e 450 do Código Civil Brasileiro e tampouco por benfeitorias eventualmente introduzidas no imóvel após a data da aquisição, pelas quais não poderá nem sequer pleitear direito de retenção.

## **5. Das condições específicas para imóveis rurais.**

5.1. Além das condições de venda já estabelecidas, competirá exclusivamente ao Arrematante/Comprador, às suas expensas e sem direito a qualquer indenização ou apresentar questionamento de qualquer natureza no futuro: **1)** Adotar as medidas possessórias necessárias em face de eventuais ocupações declaradas ou clandestinas, incluindo direitos trabalhistas, se houver; **2)** Providenciar georreferenciamento, além das respectivas aprovações perante o INCRA e demais órgãos pertinentes; **3)** Apurar eventual necessidade de promover a demarcação dos imóveis, adotando as medidas judiciais ou extrajudiciais que venham a ser necessárias, incluindo ajustes em geral com os confrontantes e retificação dos registros, se for exigido; **4)** Retificar, se necessário, as declarações de exercícios anteriores e cadastros dos imóveis perante a Receita Federal, INCRA e demais órgãos, respondendo por eventuais diferenças ou débitos de Imposto Territorial Rural (ITR) ou outros tributos, taxas e encargos que sejam apurados, independentemente da data de seus fatos geradores; **5)** Elaborar e entregar as declarações de ITR, de exercícios vigentes e anteriores, perante a Receita Federal e pagar o ITR respectivo; **6)** Regularizar/averbar as eventuais edificações perante os Registros de Imóveis e demais órgãos, bem como servidões de qualquer natureza, inclusive de passagem; **7)** Averbar reserva legal de área, elaborando, também, caso necessário, Ato Declaratório Ambiental (ADA) perante o IBAMA; **8)** Cientificar-se previamente das exigências e restrições de uso impostas pela Legislação e órgãos públicos (municipal, estadual ou federal), aplicáveis aos imóveis, no tocante a restrição de uso, reserva legal, preservação ambiental, saneamento, às quais estará obrigado a respeitar por força da aquisição do imóvel.

5.2. O Vendedor não responde por eventuais danos ambientais, desmatamentos não autorizados pelos órgãos reguladores ou, ainda, por contaminação do solo ou subsolo, ocorridos em qualquer tempo. Satisfeitas todas as medidas necessárias pelo Arrematante/Comprador, será lavrada a escritura pública.

## **6. Da impossibilidade de arrependimento pelo Arrematante/Comprador.**

6.1. Os lances declarados vencedores não comportam arrependimento unilateral, portanto, após realizada a aprovação a que se refere a cláusula 4.1, na hipótese do

Arrematante/Comprador desistir do negócio, perderá este em proveito do Vendedor, o equivalente a 50% (cinquenta por cento) do montante dos valores já pagos, no momento do desfazimento, incluindo as arras, independentemente de qual tenha sido o motivo alegado para o rompimento do negócio, verba essa que tem a finalidade de ressarcir o Vendedor dos prejuízos pelo direitos relativos ao imóvel, pelo simples fato de terem permanecido à disposição do Arrematante/Comprador no período de vigência do liame jurídico, perdendo ainda, todos os direitos relacionados à compra efetuada, ficando o imóvel liberado ao Vendedor, de imediato, para nova venda.

6.2. Caso haja desistência do Arrematante antes de efetuar o pagamento do bem, conforme previsto no item 6.1, tanto o Vendedor como o Leiloeiro poderão cobrar multa de 2% (dois por cento) do valor total do arremate e o cadastro do Arrematante será bloqueado para os leilões futuros do Vendedor.

6.3. Após formalizado o instrumento pertinente, o regime jurídico para eventual possibilidade de desfazimento do negócio será aquele previsto no respectivo instrumento e/ou regime jurídico previsto em lei, conforme o caso.

## **7. Dos procedimentos gerais para pagamento.**

7.1. O Arrematante/Comprador deverá pagar em até 2 (dois) dias úteis, contados da liberação dada pelo Vendedor decorrente das análises previstas no item 4.1, a totalidade do valor do arremate ao Vendedor, mais comissão de 5% (cinco por cento) ao Leiloeiro, em pagamentos separados.

7.2. O pagamento deverá ser realizado diretamente e exclusivamente pelo Arrematante/Comprador por meio de débito em conta de sua titularidade mantida no Bradesco, ou TED oriunda de conta de sua titularidade para crédito em conta indicada pelo Vendedor, sendo vedado o pagamento em espécie e cheque.

7.3. O *pagamento do valor integral e efetiva realização do negócio* jurídico, fica subordinado à condição resolutiva, pertinente à possibilidade do Vendedor resolver o negócio jurídico em razão das análises apontadas neste edital, em especial, mas não se limitando, no que diz com o disposto no item 4.1.

7.4. Não será permitida a utilização de FGTS, consórcios ou cartas de crédito de qualquer natureza para aquisição de imóveis no leilão.

## **8. Da Escritura Pública.**

8.1 Ressalvadas as restrições específicas de cada imóvel, bem como as condições específicas para os imóveis rurais, nas vendas será formalizada a Escritura Pública de venda e compra em até 60 (sessenta) dias, que deverá ser registrada na matrícula do imóvel pelo Arrematante/Comprador e este deverá apresentar ao Vendedor, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da assinatura dos Instrumentos, a comprovação do registro perante o Ofício Imobiliário competente, com a apresentação da certidão atualizada da matrícula do imóvel, bem como da alteração cadastral perante órgãos públicos e condomínios quanto à responsabilidade por tributos e encargos, exceto os imóveis com ressalvas apontadas em suas descrições, que estejam em procedimento de atualização de atos societários do Vendedor no Registro Imobiliário, com eventual necessidade de renovação das certidões do INSS e da Receita Federal / Procuradoria,

bem como, que dependam de outras regularizações documentais a serem efetuadas.

8.2. As escrituras serão lavradas perante o Tabelionato indicado pelo Vendedor.

8.3. Vencida a documentação disponibilizada para outorga da Escritura Pública, por culpa do Arrematante/Comprador, ficará sob sua responsabilidade, a obtenção de novos documentos, hipótese em que o Vendedor não poderá ser responsabilizado no caso de atraso.

8.4. O Arrematante/Comprador deverá fornecer os documentos e tomar todas as providências necessárias quanto ao pagamento dos tributos e outras despesas perante o Cartório indicado a fim de que seja efetuada a transferência da propriedade no prazo de até 60 (sessenta) dias mediante assinatura da escritura pública de venda, , exceto para os casos dos impedimentos acima descritos, ocasião em que será assinado o Instrumento Particular de Compromisso de Venda e Compra conforme previsto na cláusula 10, sob pena de ser cobrada do Arrematante/Comprador multa diária de 1% (um por cento), tomando por base o valor do imóvel.

8.5. O Arrematante/Comprador após a lavratura da escritura deverá, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da referida lavratura, apresentar a matrícula do imóvel constando o registro da escritura/instrumento de venda e compra, sob pena de aplicação de multa de 1% (um por cento) ao mês, tomando por base o valor do imóvel. Referida multa será dispensada caso seja apresentada justificativa impeditiva do registro e mediante anuência do Vendedor, dentro do prazo acima fixado.

## **9. Da assinatura de Instrumento Particular de Compromisso de Venda e Compra.**

9.1. Na hipótese de ocorrer qualquer pendência documental que obste a imediata lavratura da escritura pública definitiva ficará facultado ao Vendedor celebrar Instrumento Particular de Compromisso de Venda e Compra. O Arrematante/Comprador ficará obrigado a firmar a escritura pública definitiva tão logo concluídas todas as regularizações e providências necessárias.

## **10. Das despesas com a transferência dos imóveis.**

10.1. Serão de responsabilidade do Arrematante/Comprador todas as providências e despesas necessárias à transferência dos imóveis, tais como, imposto de transmissão, taxas, emissão de alvarás, certidões, certidões pessoais, certidões em nome do Vendedor, outorga de escrituras públicas, emolumentos cartorários, registros, averbações de qualquer natureza, inclusive o recolhimento de laudêmio e obtenção de certidões autorizativas, ainda que relativo a hipóteses de situações enfiteúticas não declaradas ao tempo da alienação.

## **11. Da cláusula *constituti* e da transferência da posse dos imóveis vendidos na condição de desocupado.**

11.1. A posse do bem será transferida ao Arrematante/Comprador em até 72 (setenta e duas) horas após comprovada a compensação bancária do valor integral do lance., operar-se-á automaticamente a transmissão da posse, direitos, obrigações e ações incidentes sobre o imóvel, por força da cláusula *constituti* ora estabelecida, cabendo ao Arrematante/Comprador providenciar seu ingresso no imóvel, podendo, a seu critério e após os prazos acima, retirar as chaves do imóvel perante a agência indicada na

descrição do bem.

## **12. Das medidas e encargos necessários à desocupação dos imóveis vendidos na condição de ocupado.**

12.1. Quanto aos imóveis ocupados, ocorrida a compensação do valor relativo ao lance serão transferidos ao Arrematante/Comprador os direitos, obrigações e ações incidentes sobre o bem, por força desta cláusula.

12.2. Todas as providências e despesas necessárias à desocupação dos imóveis, ocupados a qualquer título, correrão por conta exclusiva do Arrematante/Comprador.

12.3. Eventualmente, o Vendedor poderá ter ajuizado ação de imissão de posse dos imóveis alienados na condição de ocupados. Nessa hipótese, o Vendedor responderá tão somente pelos honorários advocatícios contratuais, já despendidos para distribuição da referida ação, não respondendo, todavia, pelos seus resultados, transferindo-se ao Arrematante/Comprador, as vantagens, despesas/custas judiciais e ônus decorrentes da respectiva demanda judicial, ou outros atos suplementares eventualmente necessários à retomada do bem, devendo o Arrematante/Comprador, constituir advogado, a fim de adotar as medidas objetivando a substituição processual, se possível, ou a intervenção na condição de assistente, não podendo o Arrematante/Comprador efetuar qualquer tipo de reclamação do Vendedor caso não tome as providências necessárias para a composição da lide.

## **13. Dos imóveis vendidos na condição de ocupado, adquiridos pelo Vendedor pelo rito da Lei 9.514/97 – alienação fiduciária em garantia.**

13.1. O art. 30 da Lei nº 9.514/97 assegura ao fiduciário, seu cessionário ou sucessores, inclusive o adquirente do imóvel por força do público leilão de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 27, a reintegração na posse do imóvel, que será concedida liminarmente, para desocupação em 60 (sessenta) dias. Desta forma, aos Arrematantes/Compradores dos imóveis identificados pela sigla “AF” no presente edital, que se encontrem ocupados por ex-fiduciários, antecessores do Vendedor, subsistirá a possibilidade de buscarem, às suas expensas e risco, a mencionada concessão de liminar, permanecendo, a qualquer modo, como exclusivos responsáveis por todas as providências e encargos necessários à efetiva desocupação do imóvel, eximindo assim o Vendedor de qualquer responsabilidade, notadamente quanto a eventual decisão judicial desfavorável, seja qual for o seu fundamento.

## **14. Da responsabilidade fiscal e de encargos incidentes sobre os imóveis.**

14.1. Todos os débitos pendentes informados na descrição do imóvel relativos a tributos (IPTU, taxas e outras contribuições), despesas condominiais, contas de consumo e outros encargos, vencidas ou vincendas (após o citado levantamento, ou seja, durante o período de divulgação do leilão ou acréscimos em decorrência de atualizações) serão de responsabilidade do Arrematante/Comprador, inclusive os débitos lançados em dívida ativa ou em cobrança judicial, independentemente da data dos fatos geradores dos respectivos débitos, devendo ser quitados junto aos respectivos credores até a data de outorga da escritura pública definitiva ou assinatura do Instrumento, conforme o caso, sem direito a qualquer ressarcimento. Os débitos originados após a data da arrematação, independentemente da situação de ocupação

e/ou transferência de posse, serão de responsabilidade do comprador.

14.2. Os valores indicados nos editais de divulgação de venda do imóvel não eximem o Arrematante/Comprador quanto à responsabilidade de levantamento real dos valores devidos junto aos credores antes da aquisição, não podendo posteriormente requerer do Vendedor eventual diferença de valores.

14.3. Os valores lançados e não pagos pelo Arrematante/Comprador após a compra do imóvel que eventualmente estiverem em nome do Vendedor e que por este vier a ser pago para liberação de Certidão Negativa ou outro procedimento, serão objeto de notificação e/ou ação de regresso contra o Arrematante/Comprador acrescidos de juros e correção monetária até sua quitação.

#### **15. Da não configuração de novação ou renúncia de direitos.**

15.1. A omissão ou tolerância do Vendedor, em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições do edital e ou instrumento utilizado para formalizar a venda, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

#### **16. Das exigências legais e de prestação de informações ao COAF.**

16.1. O Vendedor está obrigado a observar e cumprir todos os procedimentos determinados pela legislação vigente, especialmente os normativos do BACEN - Banco Central do Brasil e do COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras, com o objetivo de prevenir e combater os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, conforme estabelecido na Lei nº 9.613 de 03 de março de 1998.

16.2. O Arrematante/Comprador, pessoa física ou jurídica, deverá obrigatoriamente preencher e assinar, no ato da arrematação do imóvel, ficha cadastral, obrigando-se ainda a informar ao Vendedor, imediatamente, caso haja qualquer alteração nos dados cadastrais fornecidos, sendo certo, em qualquer hipótese a responsabilidade civil e penal do Arrematante/Comprador em relação à veracidade de suas declarações.

16.3. O Arrematante/Comprador declara ser lícita a origem do crédito, bem como ter ciência do previsto no art. 11, inciso II da Lei nº 9613/98, com as alterações posteriores introduzidas, inclusive pelas Leis 12.683/12 e 13.964/19, bem como o previsto nos arts. 297, 298 e 299 do Código Penal.

#### **17. Do rompimento e consequências da condição resolutiva.**

17.1. Na hipótese da não conclusão do negócio e/ou seu rompimento, em razão de iniciativa do Vendedor, ou implemento de condição resolutiva prevista nesse Edital, seja por qual motivo for, o valor eventualmente já pago pelo Arrematante/Comprador ao Vendedor será devolvido mediante depósito a ser efetuado na mesma conta bancária de titularidade do Arrematante/Comprador, originária do pagamento feito ao Vendedor e/ou por meio de cheque administrativo. O valor será atualizado monetariamente, na menor periodicidade admitida em lei, mediante aplicação de percentual de acordo o IGPM-FGV (Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas) acumulado entre o dia do pagamento do preço e o da efetiva restituição.

17.2. O disposto no item 7.3 implicará a resolução de pleno direito do negócio jurídico,



independentemente de notificação, não gerando qualquer efeito para as partes ou terceiros, sem prejuízo da apuração de perdas e danos pelo Vendedor, ficando o imóvel livre para ser alienado, de imediato.

17.3. Salvo o disposto no item 4.7, o Arrematante/Comprador fica ciente de que a comissão do Leiloeiro é considerada líquida e certa, em forma de custas, não cabendo devolução parcial ou integral da referida comissão, em qualquer circunstância.

17.4. As Partes estabelecem, ainda, que o comprovante de devolução dos valores pagos, vale como documento comprobatório do cancelamento da venda e compra e de mútua quitação entre ambos.

#### **18. Do foro de eleição.**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de cada imóvel, para que neles sejam dirimidas quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente edital.